

ASSOCIAÇÃO DOS ADVOGADOS DE MACAU

Lei Básica (Prova escrita de avaliação)

Data: 27 de Fevereiro de 2018

Duração: 19h30 – 22h30

I. Escolha (Em seguida, das 4 alternativas para cada questão, apenas uma delas está correcta. A pontuação total desta Secção é de 40 pontos. No total, são 10 perguntas. Cada pergunta vale 4 pontos.)

1. A Lei Básica de Macau foi aprovada pela Primeira Secção da Oitava Legislatura da Assembleia Popular Nacional, em que data é que ela foi promulgada? ()

- | | |
|------------------------|------------------------|
| A. 4 de Abril de 1990 | 4 de Abril de 1990 |
| B. 31 de Março de 1993 | 31 de Março de 1993 |
| C. 4 de Abril de 1990 | 29 de Dezembro de 1999 |
| D. 31 de Março de 1993 | 20 de Dezembro de 1999 |

2. Qual das seguintes afirmações é correcta? ()

- A. O fundamento legal da elaboração da Lei Básica é a Constituição da China.
- B. O fundamento legal da elaboração da Lei Básica é o artigo 31.º da Constituição da China.
- C. O fundamento legal da elaboração da Lei Básica é o artigo 31.º e a alínea 13) do artigo 62.º da Constituição da China.
- D. O fundamento legal da elaboração da Lei Básica não é a Constituição da China, mas é a Declaração Conjunta Luso-Chinesa sobre Macau.

3. O Governo da Região Administrativa Especial de Macau tem de cumprir a lei e responde perante a Assembleia Legislativa da Região. Qual das seguintes responsabilidades não pertence ao Governo? ()

- A. Fazer cumprir as leis aprovadas pela Assembleia Legislativa que se encontram em vigor
- B. Apresentar periodicamente à Assembleia Legislativa relatórios respeitantes à execução das linhas de acção governativa

C. Responder às interpelações dos deputados à Assembleia Legislativa

D. Aceitar voto de desconfiança proposto pela Assembleia Legislativa

4. A “Decisão do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional da República Popular da China relativa à delegação de poderes na Região Administrativa Especial de Macau para o exercício de jurisdição no novo campus da Universidade de Macau a instalar na Ilha da Montanha” foi adoptada em 27 de Junho de 2009 pela Nona Sessão do Comité Permanente da Décima Primeira Legislatura da Assembleia Popular Nacional da República Popular da China. Isto significa que ().

A. de acordo com o artigo 2.º da Lei Básica de Macau, o Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional da República Popular da China autoriza a Região Administrativa Especial de Macau a exercer o poder executivo no novo campus a instalar na Ilha da Montanha

B. de acordo com o artigo 33.º da Lei Básica de Macau, o Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional da República Popular da China autoriza a Região Administrativa Especial de Macau a implementar o regime de liberdade de saída e regresso no novo campus a instalar na Ilha da Montanha

C. de acordo com o artigo 20.º da Lei Básica de Macau, o Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional da República Popular da China autoriza a Região Administrativa Especial de Macau a exercer um novo poder

D. de acordo com o artigo 136.º da Lei Básica de Macau, o Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional da República Popular da China autoriza a Região Administrativa Especial de Macau a expandir as suas relações com o exterior

5. No que diz respeito ao poder de revisão e o poder de interpretação da Lei Básica de Macau, qual das seguintes afirmações é correcta? ()

A. O poder de interpretação dos Anexos I e II da Lei Básica pertence ao Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional

B. Os Tribunais de Macau apenas podem interpretar, por si próprios, as disposições da Lei Básica de Macau que estejam dentro dos limites da autonomia Região.

C. Ambos o Chefe do Executivo e a Assembleia Legislativa têm o poder de submeter ao Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional a proposta de revisão da Lei Básica de Macau

D. Com base do princípio de se manter inalterado durante 50 anos, o Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional não pode alterar a Lei Básica de Macau antes de 19 de Dezembro de 2049

6. No que diz respeito aos direitos e deveres dos residentes de Macau, qual das seguintes afirmações é correcta? ()

- A. Os residentes de Macau têm a obrigação de fazer planeamento familiar.
- B. Os residentes de Macau têm o direito de livre procriação.
- C. Os cidadãos chineses que sejam residentes permanentes de Macau têm a obrigação de fazer planeamento familiar.
- D. Os cidadãos chineses que sejam residentes permanentes de Macau o direito de livre procriação.

7. Em relação ao Chefe do Executivo de Macau, qual das seguintes afirmações é correcta? ()

- A. O Chefe do Executivo é o representante geral do Governo Central em Macau.
- B. O Chefe do Executivo comanda a Guarnição em Macau do Exército de Libertação do Povo Chinês.
- C. O Chefe do Executivo é o dirigente máximo da Região Administrativa Especial de Macau.
- D. O Chefe do Executivo acumula a função de Presidente da Assembleia Legislativa de Macau.

8. O senhor Choi, cidadão chinês, adquiriu o estatuto de residente permanente da RAEM neste ano, por ter residido habitualmente em Macau durante 7 anos consecutivos. No entanto, a sua mulher e o seu filho de 8 anos de idade ainda estão a residir na China Continental. Neste caso, a sua mulher e o seu filho podem ou não obter a qualidade de residente permanente da RAEM? ()

- A. Ambos, a sua mulher e o seu filho, obtêm a qualidade de residente permanente da RAEM.
- B. A sua mulher obtém a qualidade de residente permanente da RAEM, mas o seu filho não.
- C. O seu filho obtém a qualidade de residente permanente da RAEM, mas a sua mulher não.
- D. Ambos, a sua mulher e o seu filho não podem obter a qualidade de residente permanente da RAEM.

9. A 6.^a Assembleia Legislativa da RAEM é composta por 33 deputados. Se numa reunião para discussão e aprovação de um projecto de lei, contar com a presença de

17 membros, ().

- A. o projecto de lei pode ser aprovado quando tiver 17 votos favoráveis.
- B. o projecto de lei pode ser aprovado quando tiver 9 votos favoráveis.
- C. o projecto de lei pode ser aprovado quando tiver 8 votos favoráveis.
- D. a votação deste projecto de lei não pode ser iniciada por falta de *quorum*.

10. Nos termos da Lei Básica de Macau, qual das seguintes alternativas é a estrutura do Governo da RAEM? ()

- A. Secretarias, Departamentos, Divisões e Secções
- B. Secretarias, Direcções de Serviços, Divisões e Departamentos
- C. Secretarias, Direcções de Serviços, Departamentos e Divisões
- D. Secretarias, Departamentos, Divisões e Direcções de Serviços

II. Resposta curta (a pontuação total desta Secção é de 20 pontos, cada pergunta vale 10 pontos.)

1. Liste, por favor, as Leis Nacionais referidas no Anexo III da Lei Básica.

2. Como se deve compreender o estatuto jurídico do Chefe do Executivo?

III. Análise (julgue, como verdadeiro ou falso, às seguintes afirmações, e justifique-as. Se apenas indicar o verdadeiro ou falso para as afirmações abaixo sem apresentar as suas justificações, não irá obter nenhuma pontuação. A pontuação total desta Secção é de 40 pontos. No total, há 4 perguntas, cada pergunta vale 10 pontos.)

1. A Lei Básica de Macau é a lei que possui o valor jurídico supremo na Região Administrativa Especial de Macau.

2. Os tribunais da Região Administrativa Especial de Macau têm o direito de verificar se os actos praticados pela Assembleia Popular Nacional da República Popular da China e pelo Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional violaram a Lei Básica ou não.

3. Os decretos-leis apenas podem ser alterados pelo Chefe do Executivo.

4. O Governo Central não goza de nenhum dos poderes sobre os assuntos dentro dos limites da alta autonomia da Região Administrativa Especial de Macau, excepto os assuntos relativos à defesa nacional e às relações externas.